

41º DIA DO JULGAMENTO DO ESCÂNDALO DAS "DÍVIDAS OCULTAS"

## Agi Anlaué diz que Privinvest era um fornecedor anormal e tinha capacidade de influenciar decisões ao mais alto nível

- Em Abril de 2013, Agi Anlaué, oficial sénior dos serviços secretos, foi trabalhar no projecto da ProIndicus, por instrução do então Director Nacional da Inteligência Económica do SISE, António Carlos do Rosário. Uma vez na empresa, foi nomeado director do Centro de Comando e Controlo, uma direcção responsável pela centralização, processamento, análise e disseminação de informações obtidas do sistema de vigilância e monitoria da Zona Económica Exclusiva. O Centro de Comando e Controlo funcionava na sede da ProIndicus e integrava três unidades, nomeadamente o centro de operações de inteligência, centro de operações marítimas e centro de dados e manutenção.



Agi Anlaué

**A**lém de liderar a instalação de Centro de Comando e Controlo da ProIndicus, Agi Anlaué era responsável pela formação da equipa técnica que iria trabalhar no centro. Para tal, o declarante disse que teve que recrutar técnicos qualificados dentro das Forças de Defesa e Segurança e em outras instituições. Até à sua saída em 2014, a montagem do sistema da ProIndicus ainda não tinha sido concluída, pois ainda faltava a montagem de muitos equipamentos, como radares, interceptores e aviões de vigilância.

“Quando saí, já estava operacional o sistema de controlo do tráfego marítimo, que conseguia visualizar a circulação de barcos no canal de Moçambique até à zona norte de Sofala. Tinha sido apetrechado o Centro de Comando e Controlo, tinha sido montada a torre de recepção do sinal do sistema de identificação automática, antena de recepção do sinal de satélite, levantamento exaustivo dos locais onde se deveriam instalar os postos de radares ao longo da costa”.

O declarante considera que o projecto da ProIndicus foi bem feito. “Era um bom projecto, tendo em conta as ameaças identificadas naquela altura”. Mas lamentou que houve dificuldades no relacionamento com o fornecedor, o grupo Privinvest, devido à demora no fornecimento de meios. “O fornecedor demorava muito. Não era um fornecedor normal. Era um relacionamento difícil e eles não acatavam as nossas reclamações”. Agi Anlaué disse ainda que alguns locais previstos para a instalação de radares eram de difícil acesso. “Tínhamos locais onde não havia energia e era preciso encontrar alternativas. Sei que depois da minha saída houve avanço na instalação de radares. Acho que foram instalados seis radares”.

Em 2014, Agi Anlaué foi indicado para trabalhar como director da área de plataformas tecnológicas da EMATUM e mais tarde foi nomeado administrador para o pelouro das operações, tendo cessado funções nesta empresa em Janeiro de 2016. “Essencialmente fazia trabalho de tecnologias de informação e comunicação, como instalar a rede operacional e o centro de comunicação entre o pessoal em terra e o pessoal no mar”.

Durante o tempo em que esteve a trabalhar na EMATUM, Agi Anlaué teve contacto com pelo menos nove embarcações e todos não tinham nada de especial, além de equipamentos relacionados com a actividade pesqueira. Ou seja, para o declarante os barcos da EMATUM não tinha nada relacionado com a defesa e segurança. “Os barcos tinham sistemas modernos de ajuda à navegação e à pesca. Quando fui indicado para trabalhar na EMATUM, António Carlos do Rosário disse

que os barcos tinham um sistema sofisticado de comunicações. Mas quando cheguei não vi nenhum sistema sofisticado de comunicações. Tanto é que tivemos que montar um sistema de rádio para permitir a comunicação com os barcos”.

Até à sua saída da EMATUM em 2016, o declarante disse que nunca tinha ouvido falar de centro de coordenação das operações em terra e de transferência de propriedade intelectual, conforme consta do contrato de fornecimento assinado com o grupo Privinvest. Confirmou ter visto os barcos a pescarem e disse que ouviu dizer que houve exportação de atum para Espanha e China. Mas a empresa passou a ter problemas de tesouraria: “os barcos não pescavam com regularidade; a isca era importada; parte da equipa que ia à pesca era estrangeira, situação que aumentava os custos”.

Em 2014, passou a trabalhar cumulativamente para a MAM, com a responsabilidade de coordenar o processo de instalação de estaleiro naval de Pemba e melhoramento das bases navais da Beira e Maputo. “Era administrador para o pelouro técnico e logístico e fui à MAM por indicação do então PCA da empresa, António Carlos do Rosário”. Disse que a primeira tarefa foi estudar o contrato de fornecimento da MAM para compreender o objecto da empresa. “Porque era uma área de especialidade, priorizou-se a identificação de técnicos especializados na área de estaleiro naval. Recrutamos técnicos, montamos uma equipa e começamos a trabalhar”.

O contrato previa que a MAM devia disponibilizar o espaço identificado pelo fornecedor para a construção do estaleiro naval em Pemba. “Quando fomos à Pemba em Dezembro de 2014, constatamos que o espaço que tinha sido identificado não estava disponível. Havia infra-estruturas da INAMAR e da Base Naval de Pemba”. Agi Anlaué disse ainda que o local identificado estava dentro do perímetro do Porto de Pemba. E a infra-estrutura e toda a área adjacente tinham sido concessionadas ao consórcio Portos de Cabo Delgado (PCD), desde Agosto de 2013. E no seu plano de desenvolvimento, a empresa Portos de Cabo Delgado previa também a construção de um estaleiro naval.

Outro constrangimento é quer o governo provincial de Cabo Delgado não tinha conhecimento do projecto da MAM. Foi por isso que o declarante pediu ao grupo Privinvest que fornecesse o projecto de engenharia referente ao estaleiro naval de Pemba para fazer uma apresentação junto do governo provincial de Cabo Delgado e da empresa pública CFM, accionista da Portos de Cabo Delgado. “Mas o fornecedor não nos deu o projecto de engenharia da base naval de Pemba. Come-

cei a ter dificuldades de relacionamento com o representante da Privinvest. Ele dava instruções ao seu subordinado para não me dar informações detalhadas sobre o que estava a acontecer”.

Agi Anlaué voltou a afirmar que o grupo Privinvest não era um fornecedor normal. “Privinvest tinha capacidade de influenciar as decisões ao mais alto nível. E foi assim que quando fui exigindo uma série de coisas, eles simplesmente deixaram de colaborar comigo. Reportei esses factos e o PCA António Carlos do Rosário tinha conhecimento dos mesmos. Senti que tinha responsabilidades, mas não tinha autoridade nenhuma. Deixei de ir à MAM e tempo depois cessei funções. Estava claro que devia sair”. Até à sua saída da MAM, em finais de 2015, ainda não tinha sido instalado o estaleiro de Pemba e não havia obras nas bases navais da Beira e Maputo.

O declarante disse que o estudo de viabilidade da MAM não foi bem feito. “Não se assumiu previamente que o espaço para a construção do estaleiro naval estava disponível e não se verificou se existiam técnicos qualificados para formar a equipa”. Quanto à EMATUM, Agi Anlaué concluiu também que o estudo de viabilidade não foi bem feito. “Houve uma sequência de erros. Devia-se acautelar a aptidão das embarcações com as autoridades nacionais de modo que não fossem reprovadas, evitando-se assim custos de adequação e atracagem; as nossas águas não forneciam isca apropriada para pesca de atum, o que acarretava custos de importação; havia custos de seguro das embarcações e da tripulação estrangeira”.

Perguntado se recebia salários nas três empresas, Agi Anlaué respondeu que sim. “Quando eu trabalhei na ProIndicus recebia salário como director. Eram cerca de 140 mil meticais. Quando fui designado administrador na EMATUM passei a receber como administrador. O salário era no intervalo entre 200 e 300 mil meticais. Na MAM também passei a receber como administrador”. Tal como os outros oficiais dos serviços secretos afectos na ProIndicus, EMATUM e MAM, Agi Anlaué também recebia simultaneamente dois salários, nas empresas e no SISE.

A uma pergunta se tinha alguma contenda ou problema de relacionamento com António Carlos do Rosário, o declarante respondeu negativamente. E disse que considera António Carlos do Rosário um amigo. E aproveitou a oportunidade para explicar porquê razão nunca o foi visitar na cadeia: “António Carlos do Rosário acusou-me de ter mandado prender a todos, incluindo o Director-geral do SISE, alegando que eu falei com a Kroll. Eu não tenho esses poderes. Nunca falei com a Kroll.”

# Nazir Aboobacar diz que MAM conseguiu ficar com o estaleiro de Maputo graças à intervenção do Governo de Filipe Nyusi

Nazir Passades Felizardo Aboobacar foi o segundo declarante a ser ouvido pelo tribunal. Em Agosto de 2014 foi indicado para trabalhar nomeado director de administração e finanças da MAM. “Disseram-me que a MAM estava ligada à Direcção Nacional de Inteligência Económica e que exigia-se algum secretismo. Recebi do meu director António Carlos do Rosário que o SIMP (Sistema Integrado de Monitoria e Protecção) era um projecto da Direcção Nacional de Inteligência Económica e integrava as três empresas, nomeadamente ProIndicus, EMATUM e MAM. Nunca tive acesso a nenhum documento sobre o projecto”. O declarante pediu ao tribunal para não revelar o salário que auferia como director de administração e finanças, tendo dito apenas que variava entre 100 e 200 mil meticais.

Segundo explicação de Nazir Aboobacar, o projecto da MAM não foi implementado dentro dos prazos porque houve dificuldades na identificação do local para a instalação dos estaleiros de Pemba e Maputo. O declarante explicou que em data não precisa foi a uma sessão do Conselho de Ministros, acompanhando o então PCA da MA, António Carlos do Rosário. Nessa sessão, o Presidente da República, Filipe Nyusi, perguntou porquê é que a MAM e outras empresas (ProIndicus e EMATUM) não estavam a produzir, tendo o declarante explicado que a MAM estava a enfrentar dificuldades para aceder ao estaleiro naval de Maputo, à data concessionado à



Nazir Aboobacar

empresa SOMONAV.

Depois dessa explicação, Filipe Nyusi terá ordenado ao declarante que fosse ter com o Ministro da Economia e Finanças, Adriano Maleiane, para tratar do processo de reversão do estaleiro de Maputo; e mandou o então Ministro dos Transportes e Comunicações, Carlos Mesquita, para acompanhar o processo. “Passados dois dias, já estava no Ministério dos Transportes e Comunicações uma equipa do Ministério da Economia e Finanças ligada à área do património de Estado, estava o director Nacional da Economia no Ministério dos Transportes e Comunicações, eu e o administrador da MAM (Raúfo Ismael Ira)”.

Houve ainda um segundo encontro no gabinete do Ministro dos Transportes e Comunicações, onde estiveram presentes o próprio Ministro (Carlos Mesquita), o declarante (Nazir Aboobacar), o PCA da MAM (António Carlos do Rosário) e o advogado da SOMONAV (Albano Silva). “Estávamos a discutir quem devia pagar a dívida que o Estado tinha com a SOMONAV. Se seria o Governo ou MAM. Finalmente, o Estado pagou. Depois desse processo, a MAM teve acesso ao estaleiro naval de Maputo para iniciar com as obras”. Nazir Aboobacar não confirmou que houve sabotagem das três empresas pelo Governo, tal como alegou António Carlos do Rosário.



## INFORMAÇÃO EDITORIAL:

**Propriedade:** CDD – Centro para Democracia e Desenvolvimento  
**Director:** Prof. Adriano Nuvunga  
**Editor:** Emídio Beula  
**Autora:** Emídio Beula  
**Equipa Técnica:** Emídio Beula, Julião Matsinhe, Dimas Sinoa, Américo Maluana  
**Layout:** CDD

**Contacto:**  
 Rua de Dar-Es-Salaam Nº 279, Bairro da Sommerschild, Cidade de Maputo.  
 Telefone: +258 21 085 797

**CDD\_moz**  
**E-mail:** info@cddmoz.org  
**Website:** http://www.cddmoz.org

### PARCEIRO PROGRAMÁTICO



### PARCEIROS DE FINANCIAMENTO

